



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.425-A, DE 2025**

**(Do Sr. Duda Ramos)**

Dispõe sobre a tramitação prioritária das ações de investigação de paternidade e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); tendo parecer da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. ANDREIA SIQUEIRA).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E  
FAMÍLIA E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **Duda Ramos** - MDB/RR

Apresentação: 21/05/2025 14:56:26.990 - Mesa

PL n.2425/2025

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. DUDA RAMOS)

Dispõe sobre a tramitação prioritária das ações de investigação de paternidade e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a prioridade processual para ações de investigação de paternidade e dá outras providências.

Art. 2º O art. 1.048 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

§ 3º. As ações de investigação de paternidade terão prioridade de tramitação, especialmente quando envolverem crianças, adolescentes ou pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, devendo os tribunais adotar os meios necessários para sua celeridade.

Art. 3º O art. 1.609 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. É garantida tramitação prioritária às ações de investigação de paternidade, nos termos da legislação processual, assegurando-se o direito à identidade e à dignidade da pessoa humana.

Art. 4º O art. 100 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:



XIV – tramitação prioritária das ações judiciais relativas à investigação de vínculo parental

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa garantir maior segurança jurídica e efetividade ao direito à identidade, à dignidade e à convivência familiar, mediante o reconhecimento expresso da tramitação prioritária das ações de investigação de paternidade.

Embora o princípio da prioridade absoluta previsto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente já fundamente, de forma implícita, a urgência dessas ações, falta previsão clara e taxativa nos códigos legais, o que compromete a celeridade e abre margem a interpretações divergentes entre os tribunais.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil possui centenas de milhares de registros civis sem o nome do pai, afetando profundamente o desenvolvimento emocional, social e legal de crianças e adolescentes.

Um dos pontos mais críticos dessa realidade está na necessidade urgente de fixação de alimentos provisórios ou definitivos, que, em muitos casos, depende diretamente da confirmação da paternidade por meio de ação judicial. A morosidade processual pode impedir que crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso a condições mínimas de subsistência, alimentação, moradia e educação.

Essa realidade se torna ainda mais dramática em estados da região Norte, como Roraima, onde se combinam desigualdades sociais históricas, infraestrutura judicial limitada, alto índice de analfabetismo, áreas de difícil acesso e carência de apoio psicossocial e jurídico às famílias. Em diversas localidades, crianças vivem com um dos genitores ou com parentes, sem qualquer apoio do pai, e sequer conseguem acesso rápido à Justiça para obter seus direitos básicos.



Além disso, o Brasil é signatário de importantes tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), que assegura o direito de toda criança de conhecer e ser cuidada por seus pais. A jurisprudência também já consolidou o direito à busca da identidade biológica como um direito personalíssimo e imprescritível, que merece atenção célere e tratamento prioritário.

Diante disso, a presente proposição altera o Código de Processo Civil, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para incluir expressamente as ações de investigação de paternidade no rol de processos com prioridade legal de tramitação.

O objetivo é promover harmonia normativa, celeridade na prestação jurisdicional e garantia de direitos fundamentais às crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade.

Por fim, reitero que esta proposta reforça o compromisso do Parlamento com a proteção integral da infância e da juventude, contribuindo para um sistema de Justiça mais humano, eficiente e sensível às demandas sociais.

Diante do exposto, conclamo os nobres colegas parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2025.

Deputado DUDA RAMOS





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16;13105">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201503-16;13105</a>
<b>LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200201-10;10406">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200201-10;10406</a>
<b>LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199007-13;8069">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199007-13;8069</a>

# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.425, DE 2025

Dispõe sobre a tramitação prioritária das ações de investigação de paternidade e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**Autor:** Deputado DUDA RAMOS

**Relatora:** Deputada ANDREIA SIQUEIRA

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.425, de 2025, de iniciativa do Deputado Duda Ramos, trata de alterar a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para assegurar prioridade de tramitação dos procedimentos cíveis, em qualquer juízo ou instância, relativos a ações de investigação de paternidade.

Com esse escopo, é desenhado, no âmbito da referida proposição, o acréscimo, ao art. 1.048 do Código de Processo Civil, de um parágrafo (qual seja, o § 3º) dispondo que “As ações de investigação de paternidade terão prioridade de tramitação, especialmente quando envolverem crianças, adolescentes ou pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, devendo os tribunais adotar os meios necessários para sua celeridade”.



Também é indicado, no bojo da mencionada proposta legislativa, o acréscimo de parágrafo único ao art. 1.609 do Código Civil a fim de estipular a garantia de tramitação prioritária das ações de investigação de paternidade, nos termos da legislação processual, assegurados o direito à identidade e à dignidade da pessoa humana.

Além disso, é proposto, no texto da iniciativa legislativa em comento, o acréscimo de um dispositivo (referido como inciso XIV do art. 100) ao Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a “tramitação prioritária das ações judiciais relativas à investigação de vínculo parental”.

É apontado, ademais, ao final da parte dispositiva da aludida proposta legislativa, que a lei visada entrará na data de sua publicação oficial.

Na justificação oferecida à referida proposição, assinalou o respectivo autor ser importante estabelecer – em função do comando constitucional que prevê a proteção prioritária e integral de crianças e adolescentes (Art. 227) e também de seus direitos proclamados ao nome, à identidade pessoal, à dignidade (o que inclui os alimentos para tanto necessários) e à convivência familiar – a prioridade de tramitação de ações de investigação de paternidade. Também ressaltou o mencionado proponente que, como a “fixação de alimentos provisórios ou definitivos”, em muitos casos, “depende diretamente da confirmação da paternidade por meio de ação judicial”, “A morosidade processual pode impedir que crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso a condições mínimas de subsistência, alimentação, moradia e educação”.

Consoante o que foi despachado nesta Câmara dos Deputados, a aludida proposta legislativa mencionada foi distribuída, para análise e parecer, às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (para pronunciamento quanto ao mérito e de acordo com o art. 54 do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados) a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Consultando os dados e informações disponíveis relativos à tramitação da mencionada proposta legislativa no âmbito desta Câmara dos



Deputados, verificamos que, no curso do prazo concedido neste Colegiado para oferecimento de emendas, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, nos termos do disposto no art. 32, caput e respectivo inciso XXIX, alíneas “h” e “i”, do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, pronunciar-se sobre o mérito de matérias legislativas que versem sobre direito de família e do menor, bem como relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente.

Como a providência legislativa proposta no âmbito do projeto de lei em tela diz respeito à família, à criança e ao adolescente, cabe a esta Comissão sobre o respectivo mérito se manifestar.

Nessa esteira, passamos ao exame da mencionada iniciativa legislativa.

É evidente, como já destacou o autor da proposta, que a definição de pensão alimentícia provisória ou definitiva muitas vezes depende antes de uma decisão judicial que reconheça o vínculo de parentesco. Por isso, a demora do processo pode ser um obstáculo para que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade tenham acesso às condições básicas de sobrevivência, como alimentação, moradia e educação.

Embora a Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente determinem a proteção integral e prioritária de crianças e adolescentes, o Código de Processo Civil não prevê de forma clara a prioridade de andamento dos processos relacionados à investigação de vínculo parental. Essa falta de previsão pode dificultar a efetivação de direitos fundamentais, especialmente o da dignidade.

Por isso, em sintonia com o Projeto de Lei nº 4.124, de 2024, é importante garantir prioridade na tramitação de processos civis, em qualquer





instância, que tratem da investigação de vínculo parental quando a parte autora ou interessada for criança ou adolescente.

Entendemos ainda que essa medida deve beneficiar também pessoas em situação de vulnerabilidade social ou econômica, independentemente da idade, já que a pensão alimentícia devida em razão do vínculo parental reconhecido pode ajudar a afastar essas pessoas da condição de vulnerabilidade.

Diante do exposto, o nosso voto, no âmbito deste Colegiado, é, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.425, de 2025, nos termos do substitutivo ora apresentado cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA  
Relatora



# COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.425, DE 2025

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade de tramitação de procedimentos cíveis, em qualquer juízo ou instância, relativos à investigação de vínculo parental em que figure como parte autora ou interessado criança ou adolescente ou ainda pessoa em situação de vulnerabilidade social ou econômica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.048. ....

.....

II – regulados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

III - em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

IV - em que se discuta a aplicação do disposto nas normas gerais de licitação e contratação a que se refere o inciso XXVII do caput do art. 22 da Constituição Federal;

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 3º Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado,

estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.



§ 4º A tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.

V - relativos à investigação de vínculo parental em que figure como parte autora ou interessado:

- a) criança ou adolescente;
- b) pessoa em situação de vulnerabilidade social ou econômica.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputada ANDREIA SIQUEIRA  
Relatora





Câmara dos Deputados

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E  
FAMÍLIA**

**PROJETO DE LEI Nº 2.425, DE 2025**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, em reunião deliberativa extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.425/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Andreia Siqueira.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Ruy Carneiro - Presidente, Sargento Portugal e Laura Carneiro - Vice-Presidentes, Chris Tonietto, Daniela do Waguinho, Delegado Caveira, Filipe Martins, Lenir de Assis, Otoni de Paula, Pastor Sargento Isidório, Rogéria Santos, Allan Garcês, Ana Paula Lima, Andreia Siqueira, Carla Dickson, Cristiane Lopes, Duarte Jr., Flávia Moraes, Messias Donato, Pastor Eurico, Sargento Gonçalves e Silvia Cristina.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2025.

**Deputado RUY CARNEIRO**  
Presidente





**SUBSTITUTIVO ADOTADO  
AO PROJETO DE LEI Nº 2.425, DE 2025**

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre prioridade de tramitação de procedimentos cíveis, em qualquer juízo ou instância, relativos à investigação de vínculo parental em que figure como parte autora ou interessado criança ou adolescente ou ainda pessoa em situação de vulnerabilidade social ou econômica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.048. ....

.....

II – regulados pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

III - em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

IV - em que se discuta a aplicação do disposto nas normas gerais de licitação e contratação a que se refere o inciso XXVII do caput do art. 22 da Constituição Federal;

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 3º Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite ou do companheiro em união estável.



§ 4º A tramitação prioritária independe de deferimento pelo órgão jurisdicional e deverá ser imediatamente concedida diante da prova da condição de beneficiário.

V - relativos à investigação de vínculo parental em que figure como parte autora ou interessado:

- a) criança ou adolescente;
- b) pessoa em situação de vulnerabilidade social ou econômica.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de dezembro de 2025

Deputado **RUY CARNEIRO**  
Presidente

